



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000296310

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2061429-60.2025.8.26.0000, da Comarca de Santos, em que é impetrante DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Pacientes WISLEY DE SOUZA PINTO e PAULO EDUARDO ALVES TAVARES.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 9ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ALCIDES MALOSSI JUNIOR (Presidente) E SILMAR FERNANDES.

São Paulo, 27 de março de 2025.

ANA LUCIA FERNANDES QUEIROGA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 1941

Habeas Corpus nº 2061429-60.2025.8.26.0000

Impetrantes: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Pacientes: Paulo Eduardo Alves Tavares e Wisley de Souza Pinto

Ementa: DIREITO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ORDEM DENEGADA.

I. CASO EM EXAME

1. Habeas Corpus impetrado em favor de Paulo Eduardo Alves Tavares e Wisley de Souza Pinto, presos em flagrante por tráfico de entorpecentes, com prisão convertida em preventiva. Alegação de constrangimento ilegal pela ausência de requisitos para a prisão preventiva.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. A questão em discussão consiste em verificar se a prisão preventiva dos pacientes é justificada pela necessidade de garantia da ordem pública e pela presença de indícios suficientes de autoria e materialidade do crime de tráfico de drogas.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. A prisão preventiva foi fundamentada na quantidade e natureza das drogas apreendidas, bem como na associação com menor para o tráfico, indicando periculosidade e risco à ordem pública.

4. A primariedade de Paulo Eduardo foi considerada, mas não desconstitui a necessidade da prisão preventiva, ao passo que Wisley é multirreincidente, inclusive na prática do tráfico.

IV. DISPOSITIVO E TESE

5. Ordem de Habeas Corpus denegada.

Vistos.

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PAULO EDUARDO ALVES TAVARES e WISLEY DE SOUZA PINTO, contra ato proferido pelo d. Juízo da Vara de Garantias da 7ª RAJ – Comarca de Santos, nos autos do processo nº 1502018-55.2025.8.26.0385.

Depreende-se dos autos que os pacientes foram presos em flagrante em 25 de fevereiro de 2025, por suposto cometimento do delito de tráfico de entorpecentes, sendo encaminhados para audiência de custódia, no dia seguinte, ocasião em que suas prisões em flagrante foram convertidas em prisões preventivas.

Sustenta o impetrante, em síntese, que os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal diante da decretação da prisão preventiva, pois ausentes os requisitos para tanto.

Alega que a gravidade em abstrato do delito, por si só, não justifica a manutenção da custódia cautelar, especialmente porque seriam suficientes e adequadas as medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, no caso concreto.

Aduz, ainda, que ao final os pacientes poderão ter eventual pena privativa de liberdade substituída por penas restritivas de direitos, o que torna a medida desproporcional.

Destarte, requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva dos pacientes, com expedição de alvará de soltura, e no mérito pugna pela concessão definitiva da ordem, para que seja deferido aos pacientes o direito de responder ao processo em liberdade (fls. 01/08).

O pedido liminar foi indeferido (fls. 98/100) e vieram aos autos as informações solicitadas (fls. 107/110).

A d. Procuradoria-Geral de Justiça opinou pela denegação da ordem (fls. 115/118).

Decorrido o prazo para que as partes se manifestassem acerca de eventual oposição ao julgamento virtual, nos

termos do artigo 1º, da Resolução nº 549/2011, com redação estabelecida pela Resolução nº 772/2017, ambas do Colendo Órgão Especial deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não houve oposição a essa forma de julgamento.

É o relatório.

A ordem não deve ser concedida.

Consta dos autos originais que no dia 25 de fevereiro de 2025, por volta das 11 horas e 50 minutos, em via pública, na Rua Capitão José da Silva Leite, 100, Centro, na cidade e comarca de Miracatu, os pacientes Paulo Eduardo Alves Tavares e Wisley De Souza Pinto, juntamente com o adolescente Gustavo Gabriel Rodrigues Goularte, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, unidos pelo mesmo propósito delitivo, com a finalidade de mercancia e fornecimento a terceiros, traziam consigo respectivamente, 125 microtubos de cocaína, pesando 193 gramas, e 650 pedras de “crack”, pesando 191 gramas, tudo sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Consta, ainda, que nas mesmas circunstâncias de tempo e lugar os pacientes corromperam ou facilitaram a corrupção do adolescente Gustavo Gabriel Rodrigues Goularte, com ele praticando tráfico ilícito de entorpecentes.

Segundo o apurado, policiais militares receberam denúncias anônimas informando que o veículo de placas HRY7C91 estaria sendo utilizado para o transporte de entorpecentes, abastecendo o tráfico de drogas na região.

No dia dos fatos, policiais estavam fazendo

patrulhamento pela Avenida Washington Luiz, quando avistaram o referido veículo.

Logo em seguida, os policiais avistaram o paciente Paulo Eduardo retirando uma sacola com entorpecentes de dentro do veículo.

Ao perceberem a aproximação da viatura, Paulo Eduardo arremessou a sacola de volta para dentro do veículo, o qual fugiu imediatamente. Já Paulo Eduardo permaneceu no local.

Diante disso, a equipe policial iniciou o acompanhamento do veículo em fuga.

Logo após, os ocupantes do veículo arremessaram a sacola pelo lado direito do automóvel, em direção a uma área de matagal.

Cerca de 30 metros adiante, o veículo parou, ocasião em que os ocupantes foram abordados e submetidos a busca pessoal e veicular.

Os policiais revistaram o adolescente Gustavo Gabriel, que conduzia o veículo, e o passageiro, Wisley, porém, não encontraram nenhum ilícito em sua posse ou no interior do veículo.

Posteriormente, com a chegada de viaturas de apoio, a sacola arremessada foi localizada, constatando-se que continha entorpecentes, contendo 125 pinos de cocaína, pesando 193 gramas, e 650 pedras de “crack”, pesando 191 gramas.

Em conversa informal, Gustavo relatou aos policiais militares que estava realizando a entrega da substância ilícita para Paulo Eduardo, que seria o responsável pelo recebimento das drogas.

Na data seguinte os pacientes passaram por

audiência de custódia, ocasião em que a prisão em flagrante de ambos foi convertida em prisão preventiva, nos seguintes termos: *“No caso, verifico que se fazem presentes indícios suficientes de autoria e prova da existência do crime de tráfico de drogas, art. 33, caput, Lei nº 11.343/06, conforme a palavra dos policiais responsáveis pelo flagrante, o depoimento do custodiado PAULO, o auto de exibição e apreensão e o auto de constatação provisória da droga. Destaco, ainda, ter sido encontrado no momento do flagrante considerável e imensa quantidade de entorpecentes, conforme descrito nos autos. A droga apreendida, bem como a situação em que se deu o flagrante é elemento suficiente para indicar o “perigo concreto” que representa sua soltura, vez que há indícios suficientes de que as drogasse destinavam à venda, expondo, assim, a sociedade à risco de reiteração do comportamento pernicioso. Referida conduta demonstra, inicialmente, estar o acusado envolvido novamente com o tráfico de drogas. Encontra-se demonstrado maior perigo pela conduta do acusado PAULO – pessoa para qual também se dá cumprimento ao mandado de prisão expedido em seu desfavor – que é procurado pelo sistema de Justiça e se envolveu com o comércio espúrio, bem como pelo comportamento do custodiado WISLEY que aparente tem antecedentes anotados nas FA de fls. 78 e seguintes. Assim, demonstrado comportamento voltado à prática delitiva e periculosidade, indica-se a necessidade da cautela, para evitar reiteração delitiva. Conclui-se, pois, que é indispensável a conversão da prisão em flagrante do custodiado em preventiva, a fim garantir a ordem pública. A garantia da ordem pública faz-se necessária, uma vez que, solto, o custodiado muito provavelmente voltará a praticar condutas delituosas. Ainda, o crime de tráfico de drogas tem pena*

máxima cominada em abstrato superior a 04 (quatro) anos, o que autoriza a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 313, I, CPP. Por fim, a aplicação de qualquer das medidas cautelares estabelecidas no art. 319, CPP seria insuficiente ante o comportamento do custodiado, que após ser condenado por outro crime, voltou a delinquir. Como se não bastasse a quantidade destacada de entorpecente e o “modus operandi” do grupo (a sugerir associação estável) indicam intensa traficância, fazendo nascer a conclusão de que soltos poderão novamente retomar o comércio espúrio, porque fazem do crime meio de vida, situação que não lhe importa garantia de que serão beneficiados com o redutor próprio do traficante ocasional. Desse modo, é indispensável a conversão da prisão em flagrante em preventiva.” (fls. 90/91 dos autos originais).

Com efeito, não obstante a primariedade do paciente Paulo Eduardo, deve ser observado que está sendo processado pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, equiparado a hediondo.

A decretação da prisão preventiva, portanto, foi devidamente fundamentada e justificada com base em circunstâncias do caso concreto, tais como a natureza e quantidade de drogas apreendidas, no caso, mais de 600 (seiscentas) porções de cocaína na forma de “crack”, e mais de 100 (cem) porções de cocaína em pó, substâncias que são notoriamente mais prejudiciais à saúde pública.

Não fora isso, os pacientes foram presos não apenas juntos, mas também na companhia de adolescente, em relação ao qual respondem pelo respectivo delito de corrupção de menores, em circunstâncias que indicam, ao menos por ora, a estabilidade do vínculo que possuíam para o cometimento do tráfico de entorpecentes, tudo a

demonstrar a maior necessidade de se resguardar a ordem pública, por meio da prisão preventiva dos pacientes.

Deste modo, a prisão preventiva é necessária para garantia da ordem pública, havendo suficientes indícios de autoria e materialidade, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, como bem assinalado pelo d. Juízo do plantão judiciário.

Trata-se de imputação de crime gravíssimo em tese praticado pelos pacientes, capaz de intranquilizar a sociedade, e merece resposta firme do Estado.

Como se sabe, a primariedade do paciente não lhe garante, por si só, a liberdade:

“Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia processual, caso estejam presentes outros requisitos que autorizem a decretação da medida extrema.”

(STJ - HC nº 621.255, Relª. Minª. Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 02.03.2021)

Registre-se, ainda, que o paciente Wisley, conforme certidão criminal de fls. 78/85 dos autos originais, é multirreincidente, inclusive especificamente na prática do tráfico de entorpecentes (processo 1500153-97.2020.8.26.0570).

Por outro lado, a análise da alegação de que eventualmente poderá ser reconhecida a figura do tráfico privilegiado, sendo a pena fixada em regime diverso do fechado, traduzir-se-ia em indevida valoração da prova, matéria que se confunde com o mérito da ação penal e é inviável pela estrita via do *writ*.

No mesmo sentido:

"Habeas Corpus – Prisão preventiva suficientemente fundamentada – Constrangimento ilegal inexistente. Não consubstancia constrangimento ilegal, passível de reparação por via de habeas corpus, a ordem de custódia preventiva, cujo teor contenha fundamentos suficientes, demonstrativos da presença de uma das circunstâncias inscritas no art. 312 do CPP. Ao analisá-los, deve o Magistrado considerar não apenas a natureza da infração, mas as circunstâncias e as condições pessoais do paciente. Habeas Corpus – Negativa de autoria – Valoração das provas – Matéria que se confunde com o mérito e que não é passível de discussão em sede de Habeas Corpus. Não se presta o Habeas Corpus ao exame de questões atinentes ao mérito da demanda, devendo ser a matéria apreciada quando do julgamento da ação penal pela autoridade coatora."

(TJSP - Habeas Corpus 2024964-28.2020.8.26.0000; Rel. Des Grassi Neto; 9ª Câmara de Direito Criminal; J. 08/04/2020)

"Como se sabe, a ocorrência de iliquidez quanto aos fatos alegados na impetração basta, por si só, para inviabilizar a utilização adequada da ação de “habeas corpus”, que constitui remédio processual que não admite dilação probatória, nem permite o exame aprofundado de matéria fática, nem comporta a análise valorativa de elementos de prova produzidos no curso do processo penal de conhecimento (RTJ 110/555 – RTJ 129/1199 – RTJ 136/1221 – RTJ 163/650-651 – RTJ 165/877-878 – RTJ 186/237, v.g.)."

(STF - HC 117856 AgR/SP. Min. Celso de Mello. Julg. 13/05/2014, DJe 03/06/2014)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diante das circunstâncias do caso concreto, inexistente dúvida de que a medida mais severa se justifica, mostrando-se insuficientes as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal neste momento.

Assim, apesar dos argumentos lançados na impetração, inexistente constrangimento ilegal a ser sanado.

Por todo o exposto, pelo meu voto, **DENEGO A ORDEM** de *Habeas Corpus*.

ANA LUCIA FERNANDES QUEIROGA

Relatora